



Junta de Freguesia de Belém

Concessão nº 1 / 2016: Concessão do Bar/Restaurante da Piscina do Restelo

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

1- Identificação do Concurso

O presente concurso tem como objeto a cedência de exploração do espaço destinado a Bar/Restaurante sito na Piscina do Restelo, de conformidade com cláusulas descritas no caderno de encargos, enquadrado no Código do Vocabulário Comum para os contratos Públicos 55300000-3 Serviços de Mesa e Restauração (Regulamento (CE) nº 2 13/2008 da Comissão, de 28 de Novembro de 2007), que altera o regulamento (CE) nº 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/J 7/CE e 2004/J 8/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos.

2 - Entidade contratante: divulgação do concurso e consulta do processo

2.1- A entidade pública contratante é a Freguesia de Belém, com sede no Largo dos Jerónimos 3, r/c, 1400-209 Lisboa, Pessoa Coletiva n.º 510 832 946, com o telefone 210 132 330, email: secretaria@jf-belem.pt

2.2 - Os documentos que constituem o processo de concurso - Programa de Concurso e Cadernos de Encargos - encontram-se patentes na Secretaria da Junta de Freguesia, sita na morada referida em 2.1. onde podem ser consultados das 15:00 horas às 18:00 horas desde a data do respetivo Anúncio até ao dia e hora da realização do ato público do concurso, podendo ser obtidos na plataforma eletrónica de compras públicas: www.compraspt.com.

3 - Apresentação de propostas

3.1 - A apresentação das propostas será feita pelos concorrentes ou seus representantes na plataforma www.compraspt.com até às 16h do 30º dia após a publicação em Diário da República. Na plataforma estará claramente afixada a data e hora limite para apresentação de propostas.

3.2 - As propostas uma vez recebidas, não podem ser retiradas.

4 - Condições exigidas para apresentação de propostas

4.1. - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

4.2. - A proposta de preço será elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II - Minuta da Proposta**, ao presente Programa de Concurso, indicando o concorrente, o preço total contratual que terá de ser igual ou superior inferior ao preço definido nos termos do n.º 2 do Caderno de Encargos do presente Concurso, sob pena de exclusão da proposta, por inaceitabilidade da mesma.

4.3. - Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.



Junta de Freguesia de Belém

Concessão nº 1 / 2016: Concessão do Bar/Restaurante da Piscina do Restelo

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

- 4.4. - O valor da contraprestação mensal, que não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso.
- 4.5. - A proposta deve mencionar expressamente que ao valor total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
- 4.6. - A proposta tem de ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
- 4.7. - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum com poderes para a obrigar.
- 4.8. - Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.
- 4.9. - As propostas indicarão ainda:
- 4.9.1. - Informação completa sob o equipamento que se propõem instalar;
- 4.9.2. - Informação completa sobre a decoração que pretendem para o espaço, carta/menu tipo e preçário.

5 - Documentos que acompanham e instruem as propostas

- 5.1. - As propostas serão acompanhadas, sob pena de exclusão, de:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo previsto na alínea a) do nº I do art.º 57º do Código dos Contratos Públicos (**Anexo I ao presente Programa de Concurso**). Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar.
- b) Proposta de preço elaborada nos termos do n.º 4 do presente documento.
- c) Comprovativo da posse de licença de exercício da atividade económica correspondente ao objeto do concurso. Os concorrentes que ainda não estejam habilitados apresentarão declaração de compromisso de honra de o adquirirem até à data da assinatura do contrato de concessão.
- d) Apresentação do projeto de estratégia de negócio, incluído os elementos solicitados nos pontos 4.9.1. e 4.9.2.
- e) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.
- f) No caso da assinatura digital ser através do certificado do cartão de cidadão tem que apresentar declaração da entidade a dar poderes para o efeito, à pessoa titular desse cartão.



Junta de Freguesia de Belém

Concessão nº 1 / 2016: Concessão do Bar/Restaurante da Piscina do Restelo

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

5.2. - Todos os documentos que instruem a proposta devem ser assinados eletronicamente através de certificado de assinatura digital qualificada para o efeito.

5.3. - Caso algum dos documentos da proposta não se encontre assinado nos termos do disposto no número anterior, a proposta será excluída.

5.4. - Todos os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

5.5. - No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos pontos anteriores.

5.6. - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do nº 1 deste artigo, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

5.7. – Não podem ser concorrentes as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

6 - Modo de apresentação das propostas

6.1. - Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Freguesia de Belém, no endereço www.compraspt.com, de acordo com o estipulado no nº 1 do art. 62º do Código dos Contratos Públicos.

6.2. - A proposta deve ser apresentada até às 16:00 horas do 30.º dia após publicação em Diário da República.

6.3. - A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha manifestado interesse na plataforma, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, quando o Programa de Concurso e Caderno de Encargos ou esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

6.4. - A prorrogação do prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.



Junta de Freguesia de Belém

Concessão nº 1 / 2016: Concessão do Bar/Restaurante da Piscina do Restelo

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

7 - Abertura de propostas

A abertura das propostas será efetuada pelo Júri do procedimento na plataforma eletrónica: "www.compraspt.com" utilizada pela Freguesia de Belém, no 1º dia útil seguinte ao prazo fixado para apresentação das propostas.

8 - Prazo de validade das propostas

8.1. - Os concorrentes serão obrigados a manter as suas propostas por um prazo de 66 dias contados da data limite para a sua entrega.

8.2. - O prazo de validade das propostas, considerar-se-á prorrogado, por consentimento tácito dos concorrentes que nada requeiram em contrário, por igual período.

9 - Critério de adjudicação

9.1. - As propostas admitidas serão analisadas pelo júri, o qual elaborará relatório fundamentado sobre o mérito das mesmas, ordenando-as para efeitos de adjudicação, de acordo com o critério fixado.

9.2. - O júri pode, para efeitos de apreciação das mesmas, exigir os documentos e os esclarecimentos complementares que considerar convenientes, obrigando-se os concorrentes a fornecê-los.

9.3. - O critério que presidirá à adjudicação será o da proposta mais vantajosa, implicando a ponderação dos seguintes fatores:

a) Factor A: Valor proposto de renda mensal - 80%;

b) Factor B: Pontuação de critérios – 20%;

c) Subfactor B1: Equipamento a Instalar – 5%

d) Subfactor B2: Decoração – 5%

e) Subfactor B3: Preçário – 5%

f) Subfactor B4: Carta (menu) – 5%

O júri pontuará o factor A, atribuindo 1000 pontos ao valor mais elevado, sendo aplicada uma fórmula de três simples aos restantes. Nos subfactores atribuirá 1000 pontos ao melhor projeto, 950 ao segundo, 900 ao terceiro e assim sucessivamente até 0. O júri pode dar igual classificação a mais do que um projeto em cada subfactor, se os considerar equivalentes.



Junta de Freguesia de Belém

Concessão nº 1 / 2016: Concessão do Bar/Restaurante da Piscina do Restelo

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

10 - Pedido de esclarecimentos

10.1. - As reclamações e pedidos de esclarecimento sobre quaisquer dúvidas, devem ser apresentadas, dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas.

10.2. - Os esclarecimentos serão prestados, também por escrito, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.

11 – Documentos de habilitação

O concessionário deverá entregar, no prazo de 6 (seis dias) a contar da data da notificação da decisão de adjudicação diretamente na plataforma eletrónica de compras públicas utilizada pela Freguesia de Belém, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos.



Junta de Freguesia de Belém

Concessão nº 1 / 2016: Concessão do Bar/Restaurante da Piscina do Restelo

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DE CONCURSO - ANEXOS

ANEXO I - DECLARAÇÃO

[A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 57.º, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DE. LEI 149/2012, DE 12 DE JULHO]

1 — _____ (nome completo), portador do Bilhete de Identidade número _____, emitido em ____/____/____, pelos S.I.C. de _____, morador(a) _____, na qualidade de representante legal de _____(1)

(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);



Junta de Freguesia de Belém

Concessão nº 1 / 2016: Concessão do Bar/Restaurante da Piscina do Restelo

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) *Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;*

ii) *Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;*

iii) *Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;*

iv) *Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;*

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da PROPOSTA apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como



Junta de Freguesia de Belém

Concessão nº 1 / 2016: Concessão do Bar/Restaurante da Piscina do Restelo

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a PROPOSTA apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a PROPOSTA, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Junta de Freguesia de Belém

Concessão nº 1 / 2016: Concessão do Bar/Restaurante da Piscina do Restelo

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

ANEXO II – MINUTA DE PROPOSTA

_____ (indicar: nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objecto do Concurso Público para o "Concessão de Exploração do Bar/Restaurante da Piscina Restelo - Concessão nº 1 / 2015, a que se refere o anúncio publicado no Diário da república - II Série, datado de _ de _____ de 2015, obriga-se a executar o referido fornecimento, de harmonia com o Programa de Concurso e Caderno de Encargos, nas seguintes condições de preço.

Preço Contratual: _____ € (_____)

À quantia acima descrita acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), á execução do seu contrato, à taxa de _____ %, correspondendo a _____ € (_____)

Data -----

Assinatura -----

Nota: O preço contratual é a renda proposta